

HISTÓRIA DA GRAMATICOGRAFIA DA CLASSE DOS VERBOS EM LÍNGUA PORTUGUESA

Marcelo Moraes Caetano (UERJ)
marcelomcaetano@gmail.com

1. Introdução

A definição da classe dos verbos, ao longo do tempo, nas gramáticas normativas e, mais recentemente, nos livros de linguística, parece fluir entre critérios que tangenciam a lógica cognitivista, a semântica, o formalismo (verbo como entidade mórfica passível de flexões específicas), a sintaxe (verbo como centro imprescindível da oração declarativa, embora presente em outros tipos de oração), parâmetros pragmático-discursivos e, enfim, a soma de dois ou mais desses critérios, em perspectivas que, pode-se dizer, acabam sendo híbridas. Essa proliferação de pontos de vista torna a pesquisa em tela inicialmente difícil: “[...] a variedade e abundância de doutrinas, tantas vezes contraditórias, são [...] não um índice de riqueza, mas de confusão e desorientamento.” (Carvalho, 1973, p. XIII, v. I.)

[...] é recomendável cautela na análise do verbo, que está vinculada a seu significado ou emprego na frase, onde sua predicação se torna evidente. [...] Recomendamos a leitura do item “Transitividade e intransitividade”, no livro *Iniciação à Sintaxe do Português* (Rio de Janeiro, Zahar, 1993 – a 1ª edição é de 1990), de José Carlos Azeredo, p. 75-7. (HENRIQUES, 1997, p. 30)

Para uma primeríssima consideração, o próprio fato de o critério para a definição de verbo variar conforme se considere, *grosso modo*, forma, ou significação, ou o tratamento do processo verbal em relação ao sujeito (como veremos melhor abaixo) dificultará a definição, por exemplo, da voz e, mais especificamente, a voz reflexiva: “Assim, uma oração como ‘O povo recebeu o castigo’ está na voz ativa, segundo Mattoso Câmara Júnior [1957]; na voz passiva, segundo Evanildo Bechara⁴², e, conforme lição de Celso Cunha (1980, p. 103), não tem voz, pois o verbo é neutro.” (HAUY, 1992, p. 5)

Faremos, em breve, um panorama das principais definições empreendidas no decurso acima mencionado. Por ora, basta-nos a asserção de que há, em comum à maioria delas, a afirmação de que o verbo é a pa-

⁴² A autora se refere à *Moderna Gramática Portuguesa*. 24. ed. São Paulo: Nacional, 1979, p. 104

lavra que exprime processo, entendendo-se, por isso, a temporalidade e a modalidade por natureza, além de possuir, em sua estrutura mórfica, inerentemente, as categorias flexionais de número e pessoa, de que lançará mão por meio de desinências próprias (daí o fato de constituir uma flexão). Com essas categorias,

ele [o verbo] pode apresentar perto de sessenta formas diferentes. Essa peculiaridade tem uma explicação: o verbo é responsável pela expressão do mais numeroso e complexo conjunto de conteúdos gramaticais reunidos em uma só espécie de palavra: tempo, modo, aspecto⁴³, número e pessoa.

Do ponto de vista estritamente morfológico, portanto, *verbo* é a classe de palavra capaz de ocorrer nos enunciados sob diferentes formas (a que chamamos “vocábulo morfossintático”) para a expressão das categorias de tempo, modo, aspecto, pessoa e número. (AZEREDO, 2012, p. 13-14)

Antes de partirmos a esse adejo histórico pelas gramáticas, ressaltamos, aqui, o fato de que muitas delas não incluem como um dos acidentes próprios do verbo (uma vez que não incluem este conceito na sua definição) o conceito de voz. Ademais, muitas gramáticas, quando apõem o conceito aludido à definição de verbo, simplesmente o mencionam como um dos acidentes próprios da classe morfológica perquirida, sem defini-lo, partindo diretamente às suas supostas três ocorrências (ativa, passiva e reflexiva), que, com efeito, foram as adotadas pela NGB⁴⁴, e, após brevíssima definição semântica, baseada na dicotomia agente/paciente, partem para exemplificações.

Sobre a NGB, aliás, valem essas palavras iniciais:

A terminologia oficial⁴⁵ refere-se ora ao sentido, ora à forma, aliás, mais exatamente à função sintática. As denominações preposição e conjunção baseiam-se num critério de forma; a denominação de substantivo num critério de sentido; direto remete à primeira (complemento) objeto ao segundo. (GÉNOUVRIER & PEYTARD, 1974, p. 128)

Vale ressaltar que, em nossa metodologia, demos preferência à análise de gramaticógrafos, e não de linguistas que tecem considerações,

⁴³ A categoria de aspecto não coincide com todas as definições de verbo nas gramáticas que serão analisadas, em que pese à sua importância capital para a descrição dessa classe gramatical.

⁴⁴ Concluída em 1958. Cf. HENRIQUES, Claudio Cezar. “A Nomenclatura Gramatical Brasileira – quantos anos ela tem?” Rio de Janeiro, Inst. de Letras/UERJ – Texto mimeografado para distribuição interna, 2005.

⁴⁵ Os autores, embora franceses, e com obra publicada em Portugal, tratam especificamente da Nomenclatura Gramatical Brasileira.

conquanto relevantes, sobre os conceitos de verbo.

2. *Algumas conceituações de verbo ao longo da História*

O objetivo desta parte do artigo é destacar a parcimônia ou mesmo ausência no que tange à definição de verbos. Por essa razão, não nos prolongaremos muito em cada definição apresentada pelos autores que, ao longo do tempo, escreveram gramáticas.

A distinção, no Ocidente, ao que tudo indica, iniciou-se com Platão, ao diferenciar *onoma* (nome) de *rema* (argumento, ou verbo) (cf. PLATÃO, s/d).

Não obstante tão antiga, e mesmo originária, a distinção dada por Platão parece nortear importantes estudos da ciência linguística moderna. Outra não é a razão por que Mattoso Câmara Jr., por exemplo, assim se expressa: “VERBO – Classe de palavras que se opõem aos nomes (v. Nome) pela natureza dos seus semantemas: ‘indicam os processos, quer se trate de ações, de estado ou da passagem de um estado a outro’” (MEILLET, 1921, p. 175, *apud* CÂMARA JR., 1957, p. 383-4. *s.v.* VERBO).

Aristóteles, por seu turno, descreveu, em sua *Retórica* (Aristóteles, 1998, p. 260 e *passim*), as partes do discurso, em que descreveu, além de noções estilísticas e de adequação a determinados tipos de pessoas ou auditórios, a importância da extensão do que ele chamou de “período”, e da forma como tais períodos deveriam coordenar-se por meio de conectores próprios à clareza e simplicidade. Dionísio da Trácia, em seu breve trabalho, o *Téchné grammatiké*, estabelece as 8 classes gramaticais que, daí em diante, serão retomadas e/ou desdobradas (cf. Neves, 2003); a saber: nome, verbo, advérbio, artigo, preposição, conjunção, participípio, pronome.

A partir da Idade Média (mais especificamente entre 1200 e 1300 d. C.), seguiu-se o que viria a ser a tradição das chamadas gramáticas filosóficas, cuja principal característica seria a tentativa de igualar os usos da linguagem (concretizados na língua) às categorias lógicas do pensamento humano. Nessa Idade, foram comuns as chamadas gramáticas especulativas, em cujo étimo latim, *speculum* (“espelho”), percebe-se a ideia de que elas refletiriam fidedignamente os meandros do pensamento. Para essas gramáticas, as palavras seriam reflexos (espelhos) de conceitos de natureza universal. A linguagem e a língua constituiriam, portanto,

uma maneira de construir e refletir o pensamento e as ideias de maneira lógica. Por essas razões, essas gramáticas passaram a ser chamadas de lógicas, racionais, mentalistas ou filosóficas.

A primeira das gramáticas a seguir a tradição filosófica foi a gramática de Port-Royal⁴⁶ (cuja definição de verbo veremos adiante), fortemente influenciada pelo pensamento de René Descartes (como, aliás, foram-no também muitas das ideias de Ferdinand de Saussure, no século XX), que constitui

... uma reviravolta na história europeia da gramática: “Antes deles, inseriam-se análises do sentido em esquemas formais. Com eles, o sentido toma o primeiro lugar, e o estudo das relações lógicas prevalece sobre o estudo das formas” [CHEVALIER, 1968, p. 491]. Como escreve A. Arnault no início de sua gramática: “Não podemos compreender bem os diferentes tipos de significação encerrados numa palavra se antes não tivermos compreendido perfeitamente o que se passa nos nossos pensamentos, já que as palavras não foram inventadas senão para dá-los a conhecer” (GENOUVRIER & PEYTARD, 1974, p. 139)

Outra importante gramática a seguir essa tradição, ora aplicada à análise da língua portuguesa, foi a de Jerônimo Soares Barbosa, que assim se expressa, em dado momento:

Por outra parte, sendo a gramática de qualquer língua a primeira teoria que principia a desenvolver as ideias confusas da idade pueril; e dependendo da exatidão de seus princípios o bom progresso nos mais estudos, deve ela ser uma verdadeira lógica, que ensinando a falar ensine ao mesmo tempo a discorrer. (BARBOSA, 1792⁴⁷, *Apud* GENOUVRIER & PEYTARD, 1974, p. 140)

Grande parte do mérito dessas gramáticas, como se viu, foi a inserção do elemento do significado (o que viria a chamar-se “semântica”, mais tarde) como fundamental à análise da língua, da linguagem e da gramática. Antes disso (e, de certa forma, também depois, da Renascença até os dias atuais), as gramáticas portuguesas buscavam, quase exclusi-

⁴⁶ Publicada em 1660, na França, de autoria de dois eremitas da abadia de Port-Royal-des-Champs, Antoine Arnauld e Claude Lancelot, chamava-se: *Grammaire générale et raisonnée contenant les fondements de l'art de parler expliqués d'une manière claire et naturelle: les raisons de ce qui est commun à toutes les Langues, et des principales différences qui s'y rencontrent. Et plusieurs remarques nouvelles sur la langue française*. Poderíamos traduzir assim: *Gramática geral e racional (ou razoada) contendo os fundamentos da arte de falar explicados de uma maneira clara e natural: as razões do que é comum a todas as línguas e as principais diferenças que aí se encontram*. Observe-se que, no próprio título da Gramática, explicita-se a intenção de exporem-se os “universais” das línguas humanas, que Chomsky, séculos mais tarde, como veremos, retomou.

⁴⁷ Publicada pela primeira vez em 1792, com o título *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* – Princípios da Gramática Geral aplicados à Nossa Linguagem.

vamente, maneiras de adaptar as categorias da língua portuguesa às da língua latina, assim como, outrora, as gramáticas da língua latina buscavam adaptar suas categorias às da língua grega.

Com efeito, essa tentativa de assimilação automática do latim para o português parece ser uma das razões pelas quais a categoria de voz foi inserida, quase mecanicamente, no estudo dos verbos. Isso porque, em latim, assim como em grego, havia desinências características para definir a voz passiva, algo que passou a não acontecer na língua portuguesa. Portanto, a noção de diátese grega, que Câmara Jr. (1957, p. 142, s.v. DIÁTESE), trata como sinônimo de VOZ, passou a como que impor-se na terminologia gramaticológica da língua portuguesa.

Essa e outras tentativas de deslocamento automático das categorias formais latinas para o português geraram múltiplos embaraços no arrolamento conceitual da gramática.

Com isso, ao fiarem-se peremptoriamente (ou até exclusivamente) no deslocamento de categorias de *formas*, perdiam de vista muitas mudanças efetivadas ao longo da história da língua que deveriam ser consideradas. João de Barros, por exemplo, “declina” em português, uma vez que as declinações existem em latim:

1ª declinação: a, e, i, o, u

Nom.	A rainha	As rainhas
Gen.	Da rainha	Das rainhas
Dat.	À rainha	Às rainhas
Acus.	A rainha	As rainhas
Voc.	Ó rainha	Ó rainhas
Abl.	Da rainha	Das rainhas (BARROS, s/d [1540])

A mais recente das gramáticas de tradição mentalista ou cognitivista é a gramática gerativa ou transformacional de Chomsky. Nela, observamos estruturas que buscam, por meio da lógica, explicar os mecanismos, que o autor considera inatos e universais (gerais), propiciadores da linguagem, baseados em reflexos das ideias, dos conceitos, do pensamento, em suma (cf. CHOMSKY, 1984).

Para Antonio de Nebrija, que escreveu a primeira gramática científica de língua românica,

Verbo é uma das dez partes da oração, que se declina em modos e tempos, sem casos. E chama-se verbo, que em castelhano significa palavra, não porque as outras partes da oração não sejam palavras, mas porque, sem ela, as demais não constroem sentença alguma, esta se denominou palavra por excelência. (NEBRIJA, 1980 [1492], p. 184 tradução José Carlos Azeredo)

Observe-se como, na definição de Nebrija, diz ele que o verbo se “declina”, palavra que se usava em latim, e, ainda, como o mesmo autor concentra-se nas categorias de modo e tempo para distinguir o verbo das demais classes de palavras.

Com efeito, a palavra “flexão”

É a tradução que o filólogo Friedrich Schlegel fez do alemão “Biegung” (“curvatura”) para indicar que a palavra podia “se dobrar” a novos empregos.

Segundo Sílvio E. Elia (1962), *flexão ou desinência* “é a alteração que as palavras ditas variáveis sofrem na sua parte final para indicar alguns dos acidentes gramaticais”.

O autor cita como desinências verbais as que exprimem os acidentes de pessoa, número, tempo, modo e voz⁴⁸ e lembra que o latim, além de possuir desinências de voz para os verbos (“desinências da voz ativa e da voz médio-passiva”), possuía, para os nomes, a importantíssima flexão de *caso*⁴⁹.

Como o português preferiu as formas analíticas às sintéticas, a flexão de voz passiva se faz não mais por desinências (por exemplo: *r, ris, tur, mur, mini, ntur*), mas sintaticamente, por meio de certas estruturas frasais. A esse tipo de flexão Hockett (citado por Francisco da Silva Borba, *Pequeno vocabulário de linguística moderna*, SP, Nacional, 1971, p. 68) dá o nome de *flexão frásica* (ex.: *serei amado*) (HAUY, 1992, p. 76).

Sabemos, pela lição de Mattoso Câmara Jr., que “[...] o gramático latino Varrão (116 a.C. – 26 a.C.) distinguia entre o processo de *derivatio voluntaria*, que cria novas palavras, e a *derivatio naturalis*, para indicar modalidades específicas de uma dada palavra.” (CÂMARA JR., 2001, p. 81). Assim, a *derivatio naturalis* corresponderia analogamente à flexão, ao passo que a *derivatio voluntaria* estaria próxima ao conceito de derivação propriamente dita, ou simplesmente derivação.

Antes, contudo, de definir o verbo segundo o critério formal da flexão (ou da presença de desinências), as gramáticas filosóficas o conceituavam por parâmetros que, como vimos, eram eminentemente lógi-

⁴⁸ Observe-se que, de acordo com Haury, Sílvio Elia arrola a voz como caso de flexão verbal. Em que pese ao fato de a voz não ocorrer por meio de desinências, a maioria das gramáticas elenca a variação de voz como uma das *flexões* verbais, de fato, como veremos abaixo. Muitos gramáticos dizem que conjugar um verbo é dizê-lo nos cinco seguintes acidentes: modo, tempo, número, pessoa e voz (entre eles, Rocha Lima, 1996, p. 122). Ademais, essa afirmação parece encontrar certo respaldo a partir do momento em que se evoca, pouco adiante, uma “flexão especial”, proposta por Hockett e esposada por Francisco da Silva Borba, que é a “flexão frásica”, que não se dá por desinência, mas por perífrase.

⁴⁹ Observe-se que o termo *flexão*, aqui, é usado como sinônimo de *declinação*.

cos, ligados à formulação do raciocínio. Assim, a gramática de Port-Royal define verbo da seguinte maneira:

O verbo é uma palavra cuja missão principal é a de significar a afirmação, isto é, a de assinalar que o discurso no qual se encontra não é apenas o discurso das palavras com que exprimimos o conceito das coisas, mas ainda o discurso com que as julgamos e afirmamos (ARNAULD & LANCELOT, [1660], p. 90, tradução de José Carlos Azeredo da versão espanhola)

Antes disso, na mesma gramática, os autores assim se expressam:

Hasta ahora hemos explicado las palabras que significam los objetos del pensamiento. Nos queda hablar de las que significam sus modos que son los Verbos, las Conjunciones y las Interjecciones.

El conocimiento de la naturaleza del verbo depende de lo que dijimos al principio de este discurso: que el juicio que hacemos de las cosas (como cuando digo *la Tierra es redonda*) contiene necesariamente dos términos: um llamado *sujeito*, que es del que se afirma, como *Tierra*; y otro llamado *atributo*, que es lo que se afirma, como *redonda*; y además la unión entre ellos, que es propiamente la acción de nuestro espíritu que afirma el atributo del sujeto.⁵⁰ (ARNAULD & LANCELOT, 2001, p. 119)

Como se percebe – e é o que aqui queremos enfatizar – a preocupação da gramática filosófica sempre circundava os aspectos ligados ao pensamento, ao raciocínio. Assim, a tricotomia sujeito/verbo/atributo era praticamente indissociável, e a definição de um dos seus elementos pressupunha a definição de outro ou dos outros: o sujeito é definido em função do verbo e do atributo; o atributo em função do verbo; o verbo, em função do sujeito e do atributo e, além disso, de uma noção de juízo de valor de afirmação “do nosso espírito”.

Ainda sobre a outra gramática filosófica que vimos analisando, a de Jerônimo Soares Barbosa, este autor assim define a classe em questão:

O verbo é uma parte *conjuntiva* do discurso, a qual serve *para* atar o atributo da proposição com *o seu sujeito* debaixo de todas suas relações pessoais e numerais, enunciando por diferentes modos a coexistência e identidade de um com outro, por ordem dos diferentes tempos e maneiras de existir. (BARBOSA, 1875 [1822], p. 132)

⁵⁰ Traduzimos (id. ib.): Até agora, explicamos as palavras que significam os objetos do pensamento. Resta-nos falar das que significam seus modos, que são os Verbos, as Conjunções e as Interjeições.

O conhecimento da natureza do verbo depende do que dizemos no princípio deste discurso: que o juízo que fazemos das coisas contém necessariamente dois termos: um chamado *sujeito*, aquele de que se afirma, como *Terra*; e outro chamado *atributo*, que é o que se afirma, como *redonda*; e ademais a união entre eles, que é propriamente a ação do nosso espírito que afirma o atributo do sujeito.

Observamos que a conceituação primeira dada por J. S. Barbosa é muito similar à dos gramáticos de Port-Royal, na medida em que o verbo é, antes de tudo, definido como “uma parte conjuntiva” que serve para “atar” o “atributo” ao “seu sujeito”, isto é, ocorre a mesma tricotomia sujeito/verbo/atributo que permite a definição desses três membros.

No entanto, já aparece um critério que busca formalizar os conceitos lógicos passíveis de ser expressos pelo verbo, como pessoa, número, modo, tempo e “maneiras de existir” (o que viria a ser um vislumbre do que se estudaria posteriormente como aspecto).

Assim, Jerônimo Soares Barbosa não falará em vozes verbais. Ele subdivide os verbos, ainda, em substantivos e adjetivos, sempre encarecendo que “[a essência do verbo] consiste propriamente na enunciação da coexistência de uma ideia com outra, e não na expressão destas ideias, que já para isso têm palavras destinadas nos substantivos e adjetivos [...]” (*op. cit.*, p. 132) Para ele, o verbo substantivo, que seria o verbo propriamente dito, é o que viria achar-se “verbo de ligação”, exatamente em conformidade com sua definição de que ao verbo cabe atar ideias, e não enunciá-las de modo autônomo. Os verbos a que ele chama de “adjetivos” serão os que, mais tarde, serão chamados de verbos “nocionais”.

Por fim, da análise de J. S. Barbosa, como dissemos, aparecem as 5 categorias (que ele chama de “ideias acessórias”) seguintes:

1ª A do sujeito da oração debaixo das três relações pessoais [...] 2ª A de número, ou singular ou plural de cada uma destas pessoas, como *eu sou, tu és, ele é, nós somos, vós sois, eles são*. 3ª A dos diferentes modos de enunciar esta mesma existência, ou simples e vagamente, *ser amante*, ou direta e afirmativamente, *sou amante*, ou indireta e dependentemente, *for amante*. 4ª A dos tempos desta existência, pretérito, *presente e futuro*, como *fui, sou, serei*. 5ª Enfim a dos diferentes estados desta mesma existência, ou começada só e vindoura, ou persistente e continuada, ou finda já e acabada, para o que toma o verbo substantivo a ajuda dos verbos auxiliares, como *hei de ser, estou sendo, tenho sido*. (*id. ib.*)

Observe-se que a 5ª “ideia acessória” é um primeiro passo para os estudos posteriores de aspecto verbal, que José Carlos Azeredo virá a definir assim: “O aspecto refere-se ao desenrolar do fato expresso no verbo, independentemente da época em que esse fato ocorre: em desenvolvimento ou habitual (passava), concluído ou pontual (passou), frequente ou persistente (tem passado) etc.” (AZEREDO, 2012, p. 14).

Com Julio Ribeiro, o verbo passa a ser, primeiramente, assim definido: “158. Verbo é uma palavra que enuncia, diz ou define alguma

cosa. O verbo implica sempre uma asserção ou afirmação” (RIBEIRO, 1885, p. 73). Como se percebe, ainda está presente um conceito filosófico na definição de Julio Ribeiro, ao definir verbo como “uma palavra que *enuncia*”.

Em seguida, Julio Ribeiro já desdobra outras conceituações para o verbo, as quais serão sobejamente utilizadas em gramáticas posteriores, como os conceitos de verbo intransitivo, verbo transitivo (*op. cit.*, p. 73-4), auxiliar, regular, irregular, impessoal, defectivo, perifrástico [periphrástico], frequentativo-terminativo, pronominal (*op. cit.* 75-6).

É de notar-se que, em Julio Ribeiro, as definições de *voz* aparecem da seguinte maneira: “162. Os verbos transitivos podem estar na voz ativa e na voz passiva. Estão na *voz ativa* quando a ação transitiva que representam é exercida pelo sujeito da oração: estão na *voz passiva* quando, pelo contrário, tal ação é exercida sobre esse sujeito” (*op. cit.*, p. 74).

Como se percebe, o autor cita as propriedades de variação em vozes, a princípio, apenas ativa e passiva. Ribeiro lançará duas indagações que reverberarão, até hoje, na classificação da *voz reflexiva*: a primeira, como veremos, dirá respeito ao fato de que ele, lançando mão dos estoicos (de quem, mais uma vez, também Saussure lançou mão para grande parte da formulação de suas teses), estabelece a possibilidade de verbos neutros, ou, como poderíamos interpretar, sem voz; a segunda, quando, não falando em momento algum numa suposta “voz” reflexiva, ele apenas assim se reporta, ao falar em verbos pronominais, tecendo, até, crítica em desdobramentos terminológicos de cunho gramatical a este fato:

9) Pronominal – quando por uso da língua emprega-se sempre com um pronome objetivo que representa o sujeito, ex.: “Queixar-se – condoer-se”.

A distribuição da ação do verbo em recíproca, reflexiva. Etc., está mais no domínio da lógica do que no da gramática [...]. (*op. cit.*, p. 76)

Voltando à primeira das reflexões lançadas por Julio Ribeiro, há pouco aludidas, ele sugere ser importante distinguir os verbos, seguindo a tradição estoica, de acordo com a voz em que estão, sem, contudo, dar a definição para voz, senão, repita-se, no contraste do tipo de verbo que a puder criar. Assim fala-nos o autor, evocando R. Schmidt (1839, p. 63):

Os Estoicos chamaram ao verbo transitivo em voz ativa – Καθηλό ρημα

ορθόν⁵¹ – *verbum rectum, verbo direito*; ao verbo transitivo em voz passiva deram o nome de – ὑπίον – *verbum supinum, verbo deitado de costas*; ao verbo intransitivo classificavam eles como – οὐδέτερον – *verbum neutrum, verbo que não era direito, nem deitado de costas*. Essas denominações foram tomadas, ao que parece, das atitudes diversas dos atletas ao darem e receberem golpes. (SCHMIDT, 1839, p. 74-5)

Percebe-se que as definições de voz estão atreladas, em Julio Ribeiro, às noções de atividade e passividade, por exemplo quando o autor menciona o étimo proveniente da analogia dos atletas “em darem e receberem golpes”. Portanto, subjaz a ideia de que a voz é definida segundo o processo verbal em relação ao sujeito, e segundo esse sujeito, em Julio Ribeiro e nos Estoicos, possa ser, até mesmo em função da natureza significativa do verbo, agente, paciente, agente e paciente ou nenhuma das três possibilidades anteriores.

Analisemos, agora, a conceituação de dois gramáticos anteriores à NGB (Eduardo Carlos Pereira e Manuel Said Ali), e, em seguida, passaremos ao bosquejo do que alguns eminentes gramáticos pós-NGB traçaram como conceituação da classe aqui analisada.

649. Verbo é a categoria gramatical que tem por função representar, na frase, a vida, o movimento, a atividade dos seres. Por isso define-o Ayer como a palavra que exprime a ação. Esta ação, porém, característica da função verbal, pode ser concebida apenas latente ou inerente nos seres, como acontece com os verbos NEUTROS⁵² – *ser, estar, viver, morrer, sofrer*; ou formal e expressa, como acontece com os verbos ATIVOS – *lançar, andar, correr, escrever, partir, subir*. (PEREIRA, 1956, p. 335)

Adiante, E. C. Pereira aludirá à terminologia de verbos substantivos versus adjetivos ou atributivos, pondo-lhes, porém, a ressalva de pertencere “a sua origem na lógica da escolástica, antes que nos fatos da linguagem, como o demonstramos (205)” (*id. ib.*).

Nos §§ 204 (*op. cit.*, p. 118) e 655 a 664 (*op. cit.*, p. 338-340), o autor tratará das definições de voz (que analisarei na parte deste artigo voltada à questão). Importante observar-se que Pereira empreende uma classificação do verbo quanto ao sujeito (*op. cit.*, p. 160-163), nos §§249 a 258, classificando-os como verbos ativos, passivos, reflexivos e neutros. Como veremos, essa distinção semântica ou relacional (estrutural,

⁵¹ Infelizmente, o computador que usei não dispunha, nos caracteres gregos, dos espíritos fracos nem fortes para as vogais iniciais.

⁵² Observe-se que Eduardo Carlos Pereira abona a denominação de verbos “neutros”.

dicotômica, pois que relaciona a significação do verbo à do sujeito) terá implicações nas definições de voz passiva. Isso pelo fato de que o que Pereira chama de “verbo reflexivo” será o verbo pronominal, e, segundo ele, nem sempre a circunstância de possuir pronome é suficiente para dar-lhe um estatuto de reflexividade, pelo que ele, citando Andrés Dello, chama-os de “quase-reflexos”, por terem “uma reflexividade quase imperceptível” (*op. cit.* p. 162), em verbos essencialmente pronominais, como “Em – eu me arrependo, ele se queixa, os pronomes – me, se, não indicam claramente uma reflexão da ação verbal sobre o respectivo sujeito, mas apenas uma revolução do sujeito sobre si mesmo.” (*id. ib.*)

Ainda na esteira dos verbos pronominais, E. C. Pereira trata o verbo de maneira que, ao que se sugere, a noção de reflexividade (e, pois, de VOZ reflexiva) não se consuma com a mera presença do pronome reflexivo:

257. [VERBO] PRONOMINAL ACIDENTAL é o verbo ativo quando aparece na frase acompanhado de pronome oblíquo, que claramente determina a *flexibilidade* da ação verbal, exemplos: amar-se, envergonhar-se, louvar-se, refletir-se, assentar-se, pôr-se etc. Exemplo: “Junto dos rios de Babilônia nos assentamos e pusemos a chorar, lembrando-nos de Sião”.

Obs. – Cumpre distinguir, entre os verbos pronominais, os verbos chamados RECÍPROCOS. Quando dois ou mais sujeitos praticam a ação verbal entre si, o *pronome oblíquo*, que indica esta reciprocidade de ação, e o verbo dizem-se RECÍPROCOS, exemplos: *Pedro e Paulo feriram-se reciprocamente. – Nós nos ofendemos um ao outro. – Saudai-vos uns aos outros. – Se a estes verbos quiséssemos dar valor reflexo, teríamos de dizer: Pedro e Paulo feriram-se a si próprios. – nós nos ofendemos a nós mesmos*, etc. Assim, os verbos *reflexos e recíprocos* se confundem, e para se evitar a *ambiguidade* é necessário juntarem-se ao verbo RECÍPROCO as expressões reciprocamente, um ao outro ou uns aos outros, e ao REFLEXIVO – *a si próprios, a nós próprios, a vós mesmos*. (*Op. cit.* p. 162-163).

Autores como Gama Kury (1997, p. 38) parecem ter proposto solução exequível para o problema, uma vez que a NGB não esposou a nomenclatura de “voz medial ou média”, pondo todos os casos em que há pronome reflexivo junto ao verbo dentro do conceito de VOZ REFLEXIVA, subdividindo-a de acordo com critérios de cunho semântico ou de conexão do verbo com o sujeito a que se relaciona, isto é, utilizando-se, por assim dizer, critérios semânticos e lógicos (cognitivos) para a subdivisão da voz reflexiva. Como veremos oportunamente, é importante salientar, entretanto, que o mesmo Gama Kury (*loc. cit.*) adota a terminologia: VOZ REFLEXIVA OU MEDIAL.

O outro autor anterior à NGB que queremos aqui trazer á discus-

são é Manuel Said Ali.

O autor define verbo da seguinte forma:

VERBO é a palavra que denota ação ou estado e possui terminações variáveis com que se distingue a pessoa do discurso e o respectivo número (singular ou plural), o tempo (atual, vindouro ou passado) e o modo da ação ou estado (real, possível etc.).

As diversas formas verbais dividem-se em dois grupos: finitas ou infinitas⁵³.

Chamam-se formas finitas todas aquelas que vêm sempre referidas a alguma das três pessoas do discurso:

(eu) escrevo, (tu) escrevias, (nós) leremos, (ele) ficou, etc.

São FORMAS INFINITAS as que funcionam como substantivo (INFINITIVO), adjetivo (PARTÍCIPIO) e advérbio (GERÚNDIO). Exemplos:

Escrever, falar; escrito, falado; escrevendo, lendo etc.

As formas infinitas não definem a pessoa do discurso em quem a ação ou estado se passa.

Excepcionalmente oferece o infinitivo português, a par da forma própria ou impessoal, uma forma pessoal ou flexionada: *o escreveres tu, o falarmos nós*. (ALI, 1963, p. 68)

Como veremos, Said Ali definirá “voz”, chamando o que a NGB determinaria como voz reflexiva de voz média ou medial, incluindo, nesta, uma *possibilidade* de alcance da reflexividade propriamente dita ou da reciprocidade.

Para fecharmos esta parte do artigo, pegaremos, ora, três gramáticos cujas obras nasceram depois da NGB, para observarmos como ocorrem suas definições de verbo.

Os primeiros serão Celso Cunha e Lindley Cintra, que estabelecem o que chamam de “Noções preliminares”, assim expressando-se:

1. VERBO é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa,

⁵³ Evanildo Bechara, nesta edição, lembra que a NGB preferiu a denominação formas nominais do verbo. Rocha Lima (1996, p. 122, rodapé) lembra que há, também a denominação de verboides (Rodolfo Lenz, *La oración e sus partes*, 3. ed., Madrid, *Revista de filología española*, 5 (1935), p. 396). Mattoso Câmara Jr. (CÂMARA JR., 1957, p. 385, SU. VERBOIDE/VERBO) também abona a nomenclatura “verboide” ao afirmar que “quando uma forma nominal encerra a ideia temporal de transcurso, isto é, de transitoriedade, típica do verbo, constitui uma forma nominal do verbo, ou VERBO NOMINAL, também dita VERBOIDE, apresentando-se na língua portuguesa como infinitivo, gerúndio ou particípio”.

isto é, um acontecimento representado no tempo:

Um dia, Aparício *desapareceu* para sempre.

(A. MEYER, SI, 25)

A mulher *foi educada* por minha mãe.

(MACHADO DE ASSIS, OC, I, 343)

Como *estavam* velhos!

(A. BESSA LUÍS, S, 189)

Anoitecera já de todo.

(C. de OLIVEIRA, AC, 19) (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 367)

Em seguida, os autores apresentam um subtítulo denominado FLEXÕES DO VERBO (*id. ib.*), referindo-se a elas da seguinte maneira: “O verbo apresenta as variações⁵⁴ de NÚMERO, de PESSOA, de MODO, de TEMPO, de ASPECTO e de VOZ” (*id. ib.*).

Apesar de não estarem elencados entre as categorias aqui descritas, Cunha-Cintra arrolam ASPECTOS. Esse deslocamento parece dever-se à conceituação mesma que os autores empreendem ao aspecto:

Diferentemente das categorias do TEMPO, do MODO e da VOZ, o ASPECTO “designa uma categoria gramatical que manifesta o ponto de vista do aqual o locutor considera a ação expressa pelo verbo” [MOUNIN, 1974, p. 41]. Pode ele considerá-la como conluída, isto é, observada no seu término, no seu resultado; ou pode considerá-la como não conluída, ou seja, considerada nasua duração, na sua repetição (*op. cit.* p. 370).

Assim, Cunha & Cintra já observam, na realidade, 6 variações a que o verbo, por assim dizer, submete-se.

O último autor que queremos trazer à discussão é Evanildo Bechara, para quem “Verbo é a palavra que, exprimindo ação ou apresentando estado ou mudança de um estado a outro, pode fazer indicação de pessoa, número, tempo, modo e voz.” Observemos que Bechara utiliza-se da perífrase “pode fazer indicação de” para referir-se às variações do verbo. Com isso, inclui ele “voz” entre as aludidas “indicações” possíveis, sem afirmar que se trate, porventura, de uma flexão, por exemplo. Nesta sua edição, Bechara não conceituará “voz”, mas partirá diretamente às definições do que cada uma delas apresenta como característica

⁵⁴ Observe-se que, embora no subtítulo os autores falem em FLEXÕES, em letras versais, na definição dos acidentes verbais eles falam, ora, em *variações*, e incluem, dentre elas, a de VOZ.

morfossemântica, como veremos no caso da voz reflexiva, objeto de interesse maior deste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Manuel Said. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo, 1963.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Introdução de Manuel Alexandre Júnior. Tradução do grego e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: INCM, 1998.

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Gramática de Port Royal*. Trad. Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano Murachco. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

AZEREDO, José Carlos de. *Dicionário Houaiss de conjugação de verbos*. São Paulo: Publifolha, 2012.

_____. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2010.

BARBOSA, Jeronymo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. 6. ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1875.

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. Olisippone, Apud Ludonicum Rotovigiu Typographum, s/d [1540]

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1997.

CÂMARA JR. *Dicionário de filologia e linguística*. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1957.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CARVALHO, Herculano de. *Teoria da linguagem*. Coimbra: Atlântica, 1973.

CHEVALIER, J. Cl. *Histoire de la Syntaxe*. Naissance de la notion de complément dans la Grammaire Française (1530-1570). Genebra: Minard, 1968

CHOMSKY, Noam. *Estruturas sintáticas*. Lisboa: Edições 70, 1984.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*. 8. ed. ver. Rio de Janeiro: Padrão, 1980.

CUNHA, Celso; CINTRA, L. F Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

ELIA, Silvio. *Dicionário gramatical*, 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1962.

GENOUVRIER, E.; PEYTARD, J. *Linguística e ensino do português*. Coimbra: Almedina, 1974.

HAUY, Amini Boainain. *Vozes verbais*. Sistematização e exemplário. São Paulo: Ática, 1992.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Sintaxe portuguesa para a linguagem culta contemporânea*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1997.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____. *Para a explicação da nova nomenclatura gramatical*. 4. ed. Rio de Janeiro: AGIR, 1959.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 33. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

LUFT, Celso Pedro. *Gramática resumida: explicação da nomenclatura gramatical brasileira*. 8. ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Seuil, 1921.

MOUNIN, Georges (Dir.), *Dictionnaire de la linguistique*, Paris: PUF, 1974.

NEBRIJA. Antonio de. *Gramática de la lengua castellana*. Madrid: Editora Nacional, 1980.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática: história, teoria e análise e ensino*. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva*. Curso superior. 100. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1956.

PLATÃO. *O sofista*. Porto: Sousa e Almeida, [s.d.].

RIBEIRO, Julio. *Grammatica portugueza*. 2. ed. Rio de Janeiro: Teixeira

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

e Irmão, 1885.

SCHMIDT, Rudolphus. *Stoicorum Grammatica*. Halis, 1839.